

Governamentalidade: poder e resistência em discursos de professores da Educação do Campo na Pandemia de COVID-19

Governmentality: power and resistance in discourses of rural education teachers during the COVID-19 pandemic

Thiago Gonçalves Oliveira¹
Secretária de Educação do Estado do Pará - SEDUC
thiagolabica@gmail.com

Nilsa Ribeiro Brito²
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA
nilsa@unifesspa.edu.br

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo analisar nos relatos de professores das escolas do campo do município de Jacundá, PA, como os discursos desses sujeitos são afetados por jogos de poder-saber da governamentalidade, materializados em medidas educacionais implementadas durante o período da pandemia, reorientando as condutas dos professores de escolas rurais do município de Jacundá. A metodologia utilizada para realizar o trabalho baseia-se nas formulações metodológicas e conceituais de Michel Foucault, sobretudo os conceitos de enunciado, formação discursiva e arquivo. Além desses, os conceitos de governamentalidade e biopolítica, também formulados por Foucault, serão mobilizados como conceitos fundamentais para discutirmos os efeitos de poder-saber sobre os sujeitos da educação, particularmente durante a pandemia. O *corpus* é constituído de entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro professores que atuam ou que atuaram em escolas do campo no município de Jacundá, PA, no período de pandemia. A decisão por esse material analítico se justifica pelo interesse em apreender nos discursos dos professores efeitos de relações de poder-saber colocadas em circulação durante a pandemia de COVID-19. As análises dos discursos dos professores e professoras entrevistados/as nos levaram a identificar na regularidade discursiva, a objetivação das técnicas de controle das condutas do professor/a; as resistências emergem nas brechas deixadas pelo poder.

Palavras-chave: Governamentalidade; Biopolítica; Pandemia de Covid-19; Educação do Campo.

ABSTRACT: This research aims to examine the teachers' accounts from rural schools in the municipality of Jacundá, PA, and how their discourse is affected by the power-knowledge games of governmentality, materialized in educational measures implemented during the pandemic period, teachers from rural schools in the municipality of Jacundá. The methodology used to carry out the work is based on the methodological and conceptual formulations of Michel Foucault, especially

¹ Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PDTSA/Unifesspa). Professor da Escola Estadual Rural de São João do Araguaia. São João do Araguaia, PA. Membro do grupo de pesquisa "Práticas discursivas, saber, poder e resistência cultural" (Unifesspa).

² Professora Titular aposentada do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/Unifesspa). Coordenadora do grupo de pesquisa "Práticas discursivas, saber, poder e resistência cultural" (Unifesspa).

the concepts of enunciations, discursive formation, and the archive. In addition to these, the concepts of governmentality and biopolitics, also formulated by Foucault, will be mobilized as fundamental concepts to discuss the power-knowledge effects on education subjects, particularly during the pandemic. The research corpus comprises semi-structured interviews conducted with four teachers who work or have worked in rural schools in the municipality of Jacundá, PA, during the pandemic. The choice of this analytical material stems from the interest in understanding, in the teachers' discourses, the effects of power-knowledge relations put into circulation during the COVID-19 pandemic. The analysis of the discourses of the interviewed teachers led us to identify, in the discursive regularity, the objectification of techniques for controlling teacher behavior; resistance emerges in power's fissures.

Keywords: Governmentality; Biopolitics; Covid-19 Pandemic; Rural Education.

Introdução

O presente estudo tem o objetivo de analisar nos relatos de professores das escolas do campo do município de Jacundá, PA, como os discursos desses sujeitos são afetados por jogos de poder-saber da governamentalidade, materializados em medidas educacionais implementadas durante o período da pandemia, reorientando as condutas dos professores de escolas rurais do município de Jacundá.

Nos objetivos específicos nos propomos a: a) analisar como, em tempo de pandemia de COVID-19, os discursos de sujeitos da educação do campo sofrem reconfiguração pelo atravessamento de diferentes discursos relacionados à pandemia; b) analisar como esses discursos entram para a ordem do poder-saber como efeito da biopolítica ou da governamentalidade.

A metodologia que usamos foi o método arqueogenealógico de Michel Foucault no qual adquirem centralidade os conceitos de enunciado e formação discursiva, justamente porque eles permitem compreender analiticamente o funcionamento dos discursos produzidos e veiculados em redes de enunciados. Esse tratamento analítico nos permitirá compreender como o arquivo da pandemia de COVID-19 afeta discursos de professores, fazendo entrecruzar técnicas e regras de objetivação do outro, no contexto da Educação do Campo. O *corpus* da pesquisa é constituído por entrevistas semiestruturadas com professores que trabalharam nas escolas do campo no município de Jacundá-PA, no período de pandemia de COVID-19.

O presente trabalho está organizado em três seções: a primeira faz uma breve discussão sobre os aspectos teóricos base para essa pesquisa, o conceito de Biopolítica e Governamentalidade, são fundamentais para refletir sobre a educação do campo no momento histórico da Pandemia de COVID-19. A segunda seção aborda os aspectos metodológicos desta pesquisa, faz uma breve introdução ao Método Arqueogenealógico e os conceitos de Enunciado e Formação Discursiva. Na terceira seção estão as análises e reflexões sobre as discursividades que surgiram com mais força nas entrevistas dos professores do campo, como a reconfiguração das estratégias de educação do período de pandemia, e como a governamentalidade opera na microfísica das relações do ambiente escolar. Além disso, também foi muito presente os enunciados nas entrevistas dos professores tecendo nas suas críticas, rotas de fuga e de resistência frente as determinações da Biopolítica da pandemia.

No item que segue, revisitamos os conceitos de biopolítica e de governamentalidade, por serem conceitos fundamentais na análise do discurso foucaultiana, uma vez que permeiam o conceito de saber-poder presentes na sociedade contemporânea, tal como propõe o filósofo

francês Michel Foucault, para compreender a forma como o poder se manifesta nas relações sociais.

Biopoder e governamentalidade na educação do campo: um olhar foucaultiano

O objetivo da presente seção é revisitar os conceitos de biopolítica e governamentalidade, conceitos fundamentais na análise do discurso foucaultiano, uma vez que permeiam o movimento de análise do autor as relações de poder e de controle, presentes na sociedade, em diferentes momentos da história.

Na formulação de Foucault (1999b), um dos principais fenômenos do século XIX é o que ele considera “a assunção da vida pelo poder”. Nessa percepção, o autor coloca em problematização o modo como a vida do indivíduo, enquanto ser vivo, passa por uma estatização do ponto de vista biológico, ou seja, passa pelo corpo-político, fazendo referência ao direito do soberano sobre a vida dos súditos. Mas, segundo Foucault (1999b) já ao final do século XVIII, o velho direito de soberania – “fazer morrer ou deixar viver” – vai ser modificado, invertendo a relação de poder soberano sobre a vida, de modo que nesse momento o que prevalece é o direito de “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 1999b, p. 287).

É a partir de então que, segundo o autor, surge uma nova técnica de poder que não mais se dirige ao corpo-homem, enquanto indivíduo sobre o qual o poder soberano atua, mas ao corpo-homem como espécie ou como uma multiplicidade de corpos tomados como uma massa global, a partir de fenômenos como próprios da vida como o nascimento, a morte, a doença etc. Por isso, para Foucault o direito se refere a “fazer viver e deixar morrer”, justamente porque a força do poder atua sobre os fenômenos em massa e não sobre o corpo-homem.

Depois da investida do poder sobre a anátomo-política do corpo, surge o que Michel Foucault nomeia de uma “biopolítica” da espécie humana. É na metade do século XVIII que, segundo o autor, vê-se surgir uma nova tecnologia de poder, nomeada de biopolítica e de biopoder, voltada a um conjunto de processos ligados à natalidade, mortalidade, longevidade, mas, articulados com problemas econômicos e políticos que se tornaram objetos de controle da biopolítica. Como destaca o autor, a partir daí a biopolítica vai criar mecanismos cujas funções são bastante diferentes dos mecanismos disciplinares, o que não quer dizer que estes tenham desaparecido. Passa a ser função da biopolítica diminuir a morbidade, alargar o tempo de vida, estimular a natalidade etc.

Será o problema muito importante, já no início do século XIX (na hora da industrialização), da velhice, do indivíduo que cai, em consequência, para fora do campo de capacidade, de atividade. E, da outra parte, os acidentes, as enfermidades, as anomalias diversas. É em relação a estes fenômenos que essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à Igreja. Vamos ter mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade etc. (Foucault, 1999b, p. 291).

É essa problemática do biopoder e da biopolítica, enquanto técnicas da governamentalidade, que interessa ao nosso estudo, ao analisarmos o funcionamento da biopolítica no domínio das medidas públicas de educação específicas do período de pandemia de COVID-19. Que fatores da vida são tomados pela biopolítica, como técnica de poder na gestão da vida da população educacional do campo e como esse mecanismo regula a vida da população educacional do campo?

Assim, discute Foucault (1999b) que o sujeito é um efeito do biopoder, este é um dispositivo de poder exercido ao nível da vida, cujo funcionamento se situa em dois polos de poder: de um lado, o “biopoder foca em uma anátomo-política do corpo humano, buscando maximizar suas forças em sistemas eficientes” (Rabinow; Rose, 2006, p. 28). Por outro lado, “o segundo polo consiste nos controles reguladores, uma biopolítica da população, focando nas espécies do corpo, o corpo imbuído com os mecanismos da vida: nascimento, morbidade, mortalidade, longevidade etc.” (Rabinow; Rose, 2006, p. 28).

Conforme discutem Robinow e Rose (2006), o biopoder emerge em um contexto de governamentalidade, ou seja, em um contexto político em que o Estado refina suas técnicas de controle e de conduta dos corpos. Dessa maneira, Foucault (1999b) analisa o poder político não como uma força centralizadora, mas a partir de mecanismos, técnicas e tecnologias de poder que levam o Estado ao controle do outro (população), mas também leva esse mesmo outro ao controle de si mesmo, por meio destas técnicas de governamentalidade. O autor conceitua esse conjunto de mecanismos específicos centrados na regulação das populações, como biopolítica.

Dessa forma, Foucault (1999b) enfatiza que antes da governamentalidade era no corpo individual que o poder atuava com suas linhas de força, em que um conjunto de técnicas disciplinares visavam aumentar a produtividade do trabalho. Por exemplo, podemos observar a dinâmica de trabalho escravo dos povos indígenas e posteriormente o trabalho escravo de povos africanos, que são exemplos do poder sendo exercido sobre os corpos dessas populações por meio de técnicas disciplinares que forçavam esses corpos ao seu mais alto rendimento nas

atividades econômicas da época, mesmo que tal feito levasse a cabo sua própria vida em detrimento do poder disciplinar orientado pela necessidade de exploração do período.

A partir da metade do século XVIII, um novo elemento começou a ser integrado a essa tecnologia disciplinar existente. Esta nova técnica não era mais disciplinar, não visava o corpo individual, mas sim a vida da população como um todo, tal técnica é o que Michel Foucault nomeia de biopolítica. O autor argumenta que o foco do biopoder agora é a massa global sustentada por problemas definidos, em vez de indivíduos, o que inclui negros, doentes, criminosos, crianças, indígenas, pandemias, analfabetos etc.

Em suma, Foucault (1999a) argumenta que a governamentalidade mudou o foco do poder político da disciplina do corpo individual para a gestão da vida da população em geral. Essa mudança se dá com a atuação da biopolítica, enquanto um dispositivo de poder que atua de forma refinada na gestão da vida da população enquanto um problema político. Desse modo, a biopolítica entra como uma técnica da governamentalidade, voltada a questões de massa como conjuntos de problemas e visam a elaboração de políticas mais gerais. Isso significa que o biopoder agora se preocupa menos com questões individuais e mais com a regulação da vida da população em termos mais amplos.

Assim, para nosso estudo interessa-nos compreender analiticamente como a biopolítica e a governamentalidade operam sobre os sujeitos da educação (professores e alunos) na pandemia de COVID-19, determinando não apenas como as práticas educacionais devem ser organizadas, mas também como os sujeitos da educação devem viver e se comportar para garantir a saúde e a segurança.

Trazendo os efeitos da biopolítica para o fenômeno que foi a pandemia de COVID-19, é importante destacar que as formas de controle se deram em diferentes domínios: saúde, trabalho, educação, lazer etc. O exemplo da doença como fenômeno de população é explicado por Foucault (1999a) como a morte permanente, que se introduz sorrateiramente na vida, danificando-a, diminuindo-a e enfraquecendo-a, perpetuamente.

Atualizamos essa leitura de Foucault (1999b) com a pandemia de COVID-19, que, apesar de ocorrer muito depois da realidade analisada por ele, nos aproxima da reflexão do autor, pois trata-se também de um fenômeno do campo da saúde, tornando-se também um problema político que envolve as condutas humanas, o corpo politizado, objeto de saber e de poder. Ou seja, trata-se de um fenômeno ao qual o Estado brasileiro se voltou recorrendo a diferentes técnicas e tecnologias biopolíticas para agenciar não apenas a saúde e o prolongamento da vida da população, mas, também, para atuar sobre as condutas da população,

no trabalho, na educação, na economia etc. Deste modo, a biopolítica lida com a população como problema científico, como problema político, mas também, como problema biológico.

Neste contexto de biopolítica, o Estado é o maior interessado, pois objetiva fixar um equilíbrio e manter uma média populacional, que por sua vez garante força de trabalho para o sistema econômico vigente. Por conseguinte, Foucault (2004) destaca a prática de mecanismos globais de agir de tal maneira que obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade, em síntese, de considerar a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de garantir sobre eles não apenas uma disciplina, mas uma regulamentação.

Trata-se, portanto, não apenas de disciplinar corpos, mas de produzir um modo de vida, de tal forma que os sujeitos vão encontrando nela as regras ou uma regulamentação de suas condutas. Na pandemia de COVID-19, por exemplo, modos de comportamento, formas de gastos econômicos, modos de interações pessoais, práticas institucionais etc. passaram a ser regulamentadas por uma biopolítica, de modo que muitos desses regulamentos transformaram-se em um modo de vida permanente da população, para além da pandemia. Ou seja, na pandemia se modificam as estratégias da governamentalidade para atender às necessidades e interesses do Estado, intensificando o controle sobre as populações que já são objeto de governo, mesmo antes da pandemia.

[...] agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no "como" da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder (Foucault, 1999b, p. 295).

A morte passa a ser o limite do poder, justamente porque não interessa mais ao Estado a morte, mas o controle das condutas para aumentar o tempo de vida produtiva economicamente. Por isso, a biopolítica se volta à vida da população jovem, mas também à vida da população idosa aumentando a longevidade de ambas, até mesmo para garantir o consumo da juventude vigorosa, mas também do idoso, da pessoa com deficiência, do negro, da mulher, da criança; da população urbana, mas também dos povos do campo etc. Ou seja, ninguém escapa à biopolítica destinada a corpos saudáveis ou doentes; jovens ou velhos; urbanos ou rurais, ninguém escapa à biopolítica designada a ampliar o espectro da população que consome.

A regulamentação posta em prática a partir da biopolítica é exercida cada vez mais por meio das normas, das regras e dos regulamentos. Essas são, no entanto, cada vez mais

apropriadas pelos sujeitos como cuidado de si, transpassando a fronteira externo/interno no que diz respeito aos processos de subjetivação na relação desses sujeitos com as técnicas de poder. Deste modo, a disciplina que opera sobre esses corpos tem o objetivo de mantê-los vivos, saudáveis, úteis e produtivos para o sistema econômico vigente, o capitalismo. Por isso, para Gallo (2017),

[...] há um vínculo direto e indissociável entre governamentalidade e Estado de bem-estar social. O cidadão do Estado democrático é o cidadão governável. Somos constituídos como cidadãos para que possamos ser governados [...] “somos constituídos cidadãos para termos acessos a tais políticas e benefícios sociais; sermos governados pelo Estado é o preço que pagamos (Gallo, 2017, p. 1506).

Neste sentido, como se trata de um estudo no campo da educação, é necessário salientar a educação como parte indissociável deste processo de governamentalização do Estado moderno, uma vez que os processos de governo³ atuam em todas as dimensões da vida, de modo que a educação é estratégica nesta dinâmica, pois para Michel Foucault, a educação também funciona como lugar de produção de sujeitos modernos por meio de suas tecnologias de subjetivação. Por outro lado, nesse espaço há sempre fissuras, deslocamentos, justamente porque como a relação entre governo e população não é somente de governo, mas também de resistências. Segundo Michel Foucault não existe poder sem resistência, “onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, 1999a, p. 91). Não é à toa que o biopoder se volta para a população, justamente porque esta surge como espaço de exercício de cidadania.

Como observa Medeiros (2021), as práticas e lutas camponesas na região sudeste do Pará, são um conjunto de exercícios de resistência dessas populações do campo frente a vontade do Estado na implementação de uma política de distribuição de terra desigual na região, mas também um jeito de cobrar direitos civis básicos como saúde e educação nas zonas rurais.

O autor salienta que a região norte do Brasil, além de registrar os maiores números de conflitos no campo em relação à média nacional, destaca-se pelo número significativo de famílias vivendo em assentamentos de reforma agrária. Esses dados se relacionam ao protagonismo camponês e à atuação dos movimentos e organizações sociais e sindicais na luta por direitos no campo, e a educação é um deles, o que vemos refletir na oferta de alunos matriculados em cursos de Educação do Campo na região (Medeiros, 2021).

³ O termo governo nos estudos foucaultianos, se refere ao conjunto de ações concretas de condução de condutas, em um campo racional e estratégico que torna essas ações possíveis que é a governamentalidade.

Lembra o autor que o Movimento em Educação do Campo funciona como um movimento em rede político-pedagógico que mobiliza a luta pelos direitos dos povos do campo à educação, abordando questões amplas relacionadas à estruturação do país como uma sociedade capitalista. Essa estruturação se orienta pela concentração de terra, pela reprodução do capital rentista, pela apropriação privada da Ciência e subordinação político-cultural dos povos que ocupam territórios ricos em recursos naturais, sejam eles camponeses, ribeirinhos, indígenas.

A metodologia da alternância pedagógica, a organização de currículos contextualizados, a formação associada à vida e ao trabalho dos povos do campo e a realização de processos de escolarização baseados em compreensões críticas sobre a história e a realidade do campo e da sociedade brasileira são elementos-chave do trabalho realizado por essa rede político-pedagógica em Educação do Campo. Segundo o autor, as diversas experiências em Educação do Campo consolidam processos educacionais emancipatórios e transformadores, colocando em prática por meio de lutas populares. Esse movimento influenciou políticas educacionais e processos educativos, garantindo o direito à educação e criando pedagogias como parte de uma práxis político-pedagógica coletiva e em movimento (Medeiros, 2021).

Nosso interesse fundamental ao abordar estes conceitos formulados por Foucault para explicar as dinâmicas de funcionamento das técnicas e tecnologias necessárias para governar, está ligado ao interesse em compreender como essas técnicas funcionam, particularmente no período de pandemia de COVID-19, no contexto da educação ofertada aos povos do campo em Jacundá. Compreendemos que existe uma interdependência entre as ações governamentais e a lógica neoliberal, que subordinam as questões sociais educacionais aos interesses do mercado. Nesse contexto, a pandemia de COVID-19 foi um fator catalisador para o avanço de uma política educacional pautada na lógica neoliberal, tendo em vista que a pandemia se tornou um elemento que reforçou a centralidade do Estado na regulação das ações cotidianas dos cidadãos, reorientando condutas aparentemente provisórias, mas que acabaram entrando na racionalidade contínua do Estado neoliberal.

Nesse sentido, as medidas públicas de educação são transformadas em estratégias de poder pela biopolítica, a serviço da governamentalidade, tendo em vista que são utilizadas para formar sujeitos que se conformem à ordem social vigente. A pandemia de COVID-19, por sua vez, foi uma oportunidade para a intensificação desse processo. Em diferentes situações, a educação passou a ser realizada em ambiente virtual, tornando efetivo o que seria provisório durante a pandemia, aprofundando pelo modo virtual o controle das atividades dos estudantes

e a internalização das normas e valores que regem a sociedade, assim como aprofundou a negligência de outras questões ligadas à educação.

Assim, é possível afirmar que os conceitos de biopolítica e governamentalidade são fundamentais para a compreensão das políticas públicas de educação na pandemia de COVID-19, uma vez que permitem identificar como as ações adotadas se articulam com a lógica neoliberal e como a educação é utilizada como um instrumento de controle e produção de autônomos e responsáveis. Pode-se dizer, portanto, que na pandemia de COVID-19 a governamentalidade se manifestou de diferentes formas, fazendo entrecruzar dispositivos de saúde, dispositivos jurídicos, dispositivos administrativos, policiais, educacionais, tecnológicos etc., por meio dos quais o governo da população era exercido⁴.

Na próxima seção deste trabalho, procuramos apresentar o método arqueogenealógico de Michel Foucault e os principais conceitos que o fundamentam, uma vez que as nossas análises se fundamentam nesse método, tomando a noção de enunciado como elemento metodológico para agruparmos as sequências enunciativas a partir das regularidades discursivas que tornam uma sequência linguística um enunciado.

Método arqueogenealógico como ferramenta de análise: enunciado e formação discursiva

Esta seção tem como objetivo abordar o método arqueogenealógico foucaultiano, metodologia da qual nos aproximaremos para compreendermos o funcionamento discursivo das materialidades discursivas. Em entrevista realizada por Navarro e Sargentini, concedida por Maria do Rosario Gregolin, a pesquisadora afirma que para “[...] fazer análise arqueogenealógica significa que nosso olhar investigativo se debruça sobre os discursos a fim de enxergar a trama das relações entre saberes, poderes e processos de subjetivação pela lente crítica da história” (Navarro; Sargentini, 2022, p. 38). Em sua entrevista, Gregolin chama a atenção para o caminho duplo que essa análise exige. Primeiro, por meio da arqueologia, o alcance dos discursos situados na história, e segundo a abrangência da genealogia que nos permite indagar sobre o que somos e o que devemos deixar de ser.

Por meio da *arqueologia* podemos articular os discursos com os acontecimentos históricos, compreender as tramas que os tecem, o que recobrem, o que os fazem

⁴ SILVA, Elisa. *Efeitos de governamentalidade no contexto da pandemia de COVID-19: funcionamentos discursivos na mídia*. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Linguística, Letras e Artes, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2022.

concretizar ações e pensamentos de um momento histórico. Ao mesmo tempo, por meio da *genealogia*, não devemos deduzir o que nos é impossível fazer ou conhecer, mas ela nos faz perceber - na contingência do que somos - a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar daquela maneira (Navarro; Sargentini, 2022, p. 38-39, destaque dos autores).

Nesse sentido, para melhor compreensão do funcionamento dessa proposta metodológica, tomamos do método arqueológico proposto por Foucault (2008a) os conceitos de Enunciado, Formação Discursiva e Arquivo, enquanto dimensões metodológicas do método para a abordagem analítica que trilhamos neste trabalho, a fim de melhor apreender as tramas que tecem os discursos na rede de enunciados que compõem o que Michel Foucault nomeia de arquivo.

Em se tratando de enunciado, Foucault (2008a) afirma que o enunciado é responsável por emitir um conjunto de sinais que não se limitam apenas a aspectos linguísticos, uma vez que abrange outros tipos de materialidades produtoras de significado (como imagens, o teclado da máquina de escrever, o alfabeto, cores etc.). O enunciado permite que suas formas e regras se atualizem. Em outras palavras, o enunciado é composto por um conjunto de signos que surgem em situações históricas específicas, de maneira distinta e particular e sempre numa relação com uma série de enunciados já produzidos na sociedade. A cada vez que surge um enunciado, é necessário questionar suas regras de aparecimento e de atualização, pois é com bases nos questionamentos que, para Foucault (2008a) é possível apreender a relação que coloca enunciado em funcionamento discursivo, indo além da relação entre elementos gramaticais do enunciado, como palavras, frases, orações etc.

Além do conceito de Enunciado, o conceito de Formação Discursiva (FD) é importante para refletirmos sobre como no seu jogo de dispersão os enunciados se articulam e se conectam em uma dada FD, no caso em estudo, a FD escolar. Segundo Foucault (2008a), a FD corresponde a um conjunto de enunciados que se relacionam entre si na atualização de uma memória discursiva a que se encontra filiada em um determinado momento histórico. O autor destaca que as FD são formadas a partir de relações de poder, e que elas são capazes de estabelecer o que é verdadeiro ou falso em uma sociedade e em um dado momento histórico, uma vez que toda formação discursiva constrói sua identidade a partir daquilo que nela pode ser dito. Os enunciados não se formam, portanto fora de uma formação discursiva, nem tampouco constituem a unidade fechada da FD a que pertencem, pois, todo enunciado estabelece laços com enunciados de outras FD, seja por adesão seja por refutação, por isso mesmo os enunciados devem ser analisados na tensa relação de regularidade e de dispersão. Assim define Foucault:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade” (Foucault, 2008a, p. 43).

Desta forma, é fundamental entender como os enunciados circulam na sociedade a partir de formações discursivas específicas. Ainda que um mesmo enunciado possa circular em formações discursivas diferentes, haverá sempre reconfigurações discursivas orientadas pela FD a que ele se filia. Fazer a análise discursiva a partir dessa perspectiva é fundamental para entendermos como os discursos produzidos pelas medidas emergenciais de educação para os povos do campo em tempos de COVID-19 particularizam uma série de enunciados que entram em relação com diferentes formações discursivas, além da FD escolar, embora, sempre atualizando a memória discursiva sobre a educação brasileira, particularmente a educação brasileira destinada aos povos do campo. Nessa rede de retomadas da memória discursiva da educação, os sujeitos professores são também afetados por essa discursividade, seja incorporando-as em sua vontade de verdade, seja rechaçando-as. É nessa dispersão que tomaremos a rede de enunciados filiados à FD escolar para compreender como os sujeitos se subjetivam nessa relação de governo.

Portanto, olhar para os enunciados que emergem das discursividades dos professores acerca das práticas educacionais em tempos de pandemia significa olhar para os limites e as condições a que os enunciados estão submetidos na relação com outros enunciados que já figuram sobre a educação brasileira, em certos domínios de poder, seja pela própria instituição educacional seja por outros domínios. Mas, interessa-nos também perguntar: que novos enunciados vão se constituindo nessa nova discursividade produzida sobre os sujeitos da educação do campo em tempo de pandemia?

Realizamos entrevistas semiestruturadas com 4 professores das escolas públicas do campo no município de Jacundá - PA. Os professores selecionados para serem entrevistados estavam distribuídos em quatro escolas, em 2020 e 2021, todas elas com turmas multisseriadas, em todos os anos do segundo segmento do Ensino Fundamental.

A fim de preservar as identidades, os entrevistados e as entrevistadas receberão nomes de árvores nativas da região amazônica. Para além do objetivo de preservar as identidades, as árvores da floresta Amazônia cujos nomes substituem os nomes dos/as entrevistados/as representam a dinâmica da própria região, símbolos de resistência, testemunhas de todos os

processos de exploração e de degradação pelos quais a região passa, assim, considero significativo trazer essas resistências neste trabalho.

A estratégia da governamentalidade para o controle da ação pedagógica

Como discute Foucault (2008b), o Estado é o maior interessado no jogo de poder, que por sua vez, é capaz de intervir na vida da população por meio das técnicas de controle das condutas. É nesse sentido que os enunciados desta seção serão analisados, com foco na objetivação das técnicas de controle, por parte da Secretária Municipal de Educação - SEMED, em relação às ações pedagógicas a serem realizadas pelo/a professor/a de escolas do Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME durante a pandemia. Os enunciados mostram como o poder tem pressa em encontrar suas verdades para responder às suas próprias necessidades em dado momento histórico. Deste modo, olhemos para o enunciado 01, como o sujeito professor é conduzido como sujeito passivo no contexto de tomada de decisão na construção de estratégias em momentos de emergência.

Enunciado 01: A gente só foi comunicado: - vai funcionar assim. Vocês vão na comunidade levar atividade. Nós não participamos, tipo, como é que vai fazer, feito isso? Não, para chegar lá reuniu os professores, os professores do modular e falou: - olha, vamos ter que trabalhar dessa forma em cada comunidade, vai lá nessa comunidade, na outra semana tu vai naquela semana que vem naquela, levando as disciplinas que a gente estava trabalhando. (Maçaranduba)

No enunciado 01, materializa-se o agenciamento da conduta do outro também por meio da arte de governar. A sequência linguística *A gente só foi comunicado: - vai funcionar assim.* produz o efeito da obrigatoriedade, de condução de condutas, reforçado pela sequência: *Vocês vão na comunidade levar atividade.* Nessa discursividade, o professor/a é também interpelado por técnicas que o/a subjetivam como o professor/a cumpridor de tarefas e não o professor/a que tem autonomia para, também, construir propostas pedagógicas. Na segunda fase de estudos foucaultianos, essa forma de subjetivação do indivíduo foi nomeada de “práticas divisoras” conforme discutimos nesta seção. Ou seja, na racionalidade da governamentalidade e da biopolítica, há sempre estratégias e táticas de poder que excluem, mas, paradoxalmente, o excluído, acaba sendo assimilado pelas próprias estratégias de exclusão.

Nessa reflexão, o autor considera que o sujeito é dividido em relação a outros. No caso em estudo, o professor, excluído das tomadas de posições estratégicas de ensino, é assimilado pelas próprias regras que o excluíram impondo-lhe obrigatoriedades de assumir propostas

elaboradas por outros. De outro modo, o professor é dividido em relação a outras instâncias da hierarquia educacional. De um lado estão as instâncias que definem as práticas que o professor deve executar, do outro lado está o professor/a, supostamente destituído/a de saber, apenas aquele/aquela que cumpre diretrizes. Essa subjetivação do professor/a pela governamentalidade e pela biopolítica se expressa, no enunciado 01, pela sequência: *Nós não participamos tipo como é que vai fazer feito isso? Não.*

Podemos observar, portanto, que nessa passagem os professores que atuam nas escolas no campo (mas, não apenas eles, porque sabemos que esse é um modelo de educação que atinge toda a categoria docente) são objetivados pela racionalidade do Estado (Secretaria Municipal de Educação de Jacundá) como sujeitos que devem dominar apenas habilidades técnicas de “como fazer” em sala de aula. Por isso mesmo os comandos dados pelo poder público são pontuais e objetivos, devendo valer para todos os professores/as, sem levar em conta criatividades, singularidades: *Para chegar lá reuniu os professores, os professores do modular e falou: - olha, vamos ter que trabalhar dessa forma em cada comunidade, vai lá nessa comunidade, na outra semana tu vai naquela semana que vem, naquela, levando as disciplinas que a gente estava trabalhando.*

Vejamos que a objetividade instaurada pela racionalidade do poder reúne, a um só tempo, regras que abrangem sujeitos da relação hierárquica (professores/as), as condutas a serem seguidas na prática docente (*vamos ter que trabalhar dessa forma*); a homogeneização da prática pedagógica (*trabalhar dessa forma em cada comunidade*) e, por fim, a distribuição e seleção do tempo e dos saberes pedagógicos (*na outra semana tu vai naquela semana que vem, naquela, levando as disciplinas que a gente estava trabalhando*). Esse é um exemplo importante de como a governamentalidade exerce sua racionalidade de forma a não deixar nenhum elemento fora das regras de controle das condutas, objetivando técnicas que produzem a imagem de um professor/a que não tem qualquer autonomia para exercitar qualquer forma de criatividade no espaço pedagógico. Em tempo de pandemia parece que esse controle encrudesceu adquirindo feições mais reguladoras ainda. Contrapondo-se a esse movimento objetivador, segundo Dias (2012 p. 27),

Os processos de formação não podem ser reduzidos à aquisição de conhecimentos técnicos científicos, à transmissão de conteúdos e informações visando mudança comportamental, à aplicação de técnicas e de teorias que nos alertam para o perigo de reduzir o conhecimento a um objeto já dado, produto que deve ser consumido.

Embora já prevaleça nas políticas neoliberais de modo geral a concepção de professor/a como sujeito veiculador de informações e aplicador de habilidades técnicas, essa concepção se materializou fortemente em tempos de pandemia de COVID-19, de modo que se propagou não apenas nos meios educacionais, mas também circulou frequentemente na mídia a discursividade de que “o bom professor” é, sobretudo, o de maior domínio das novas tecnologias, em tempos de pandemia⁵.

Um imaginário de professor é construído socialmente com base nessas técnicas de conduta. Professores/as são objetivado/os e se subjetivam como sujeitos que na sua prática estão sempre atrasados em relação ao que ensinar, a novos conteúdos, diretrizes e metodologias de ensino. Embora a prática docente exija uma constante busca pelo conhecimento, esse saber quase sempre se restringe às diretrizes conformadas pelo Estado, exigindo do professor condutas generalizadoras impostas a partir de dispositivos de poder que estabelecem para o professor o lugar que deve ocupar. Nesse sentido é que, segundo Foucault (1995), ao mesmo tempo em que o poder se recusa a saber quem somos nós – já que suas técnicas não atingem individualmente, mas massivamente –, ele atua fortemente na determinação de quem somos nós por meio de técnicas específicas para determinar cada tipo de sujeito (professor/a, aluno/a, mulher, homem, jovem, idoso, indígena, quilombola, saudável, doente etc.) nos moldes desejados pelas estruturas institucionais.

Na pandemia, ao mesmo tempo em que medidas emergenciais educacionais para o campo são colocadas em funcionamento, também é estabelecida uma relação de poder específica que funciona na sutileza das ações e relações. Segundo Michel Foucault, o poder configura-se como uma ação sobre ações possíveis, uma ação que se baseia em saberes, de modo que o resultado desta ação é o governo. Em consonância, afirma Veiga-Neto e Lopes (2007, p. 953): “na medida em que alguém coloca em funcionamento o poder sobre outrem, esse alguém pode governar esse outrem. Pode-se dizer então que, de certa maneira, o governo é a manifestação visível e material, do poder”. Assim, destacamos nessa discursividade o funcionamento das tecnologias de poder na relação entre a Secretaria Municipal de Educação e o professor/a que, sendo o sujeito mais envolvido na dinâmica da escola, conhecendo os alunos, está mais próximo da realidade escolar.

Enunciado 02: E é tanto que a gente também recebeu **orientação da Secretaria de Educação** o departamento que não é para evoluir com negócio de conteúdo. É para ir gradativamente, tipo,

⁵ Cf. GOMES, Gabriela Sousa. *Produções discursivas sobre o professor: técnicas de biopolíticas*. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Linguística, Letras e Artes, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2019.

fazendo alfabetização mesmo e, tentando botar esses meninos para estar evoluindo devagarzinho e assim a gente tá fazendo esse processo. É tipo tentando trazer aqueles dois anos que passaram, desse ano de 2021, agora 2022 e dando continuidade agora em 2023. E o que era para ter visto em 20 e 21 eles vão ver agora em 22 e 23, e a gente está fazendo o processo. (Maçaranduba)

No enunciado 02, a passagem a *a gente também recebeu orientação da Secretaria de Educação o departamento que não é para evoluir com negócio de o conteúdo. É para ir gradativamente, tipo, fazendo alfabetização mesmo e, tentando botar esses meninos para estar evoluindo devagarzinho e assim a gente tá fazendo esse processo*, elabora o sentido de que também como as condutas dos professores/as são governadas no detalhe, com instruções pontuais acerca do itinerário pedagógico a ser percorrido durante a pandemia. Isso nos remete à discursividade que analisamos no enunciado 01, ao objetivar o professor/a como sujeito que está sempre às voltas com saberes que ele supostamente não domina. Na pandemia, esse discurso entra em uma regularidade, como se o saber docente construído ao longo da sua experiência profissional não mais tivesse legitimidade durante o momento pandêmico.

Da mesma forma, os saberes discentes parecem se reduzir ao grau zero nesse momento, mas, o que deixa de ser problematizado são as condições anteriores de ensino e as condições efetivas, ou seja, a pandemia produz discursivamente um corte entre os dois momentos, a ponto de o aluno ser considerado alguém que retrocedeu ao ponto inicial de sua aprendizagem: *É para ir gradativamente, tipo, fazendo alfabetização mesmo...* Em se tratando de aluno de 6º a 9º ano, voltar à alfabetização significa que todo o percurso de aprendizagem até então se desfez durante a pandemia, ainda que não devamos desconsiderar que a situação se agravou bastante em período pandêmico, como apontam os estudos de Silva e Silva (2023, p. 110-111), ao constatarem que “houve sim um retrocesso nas aprendizagens dos alunos, pois uns estagnaram e outros retrocederam no nível de aprendizagem em que estavam”. O problema maior, nos discursos analisados é não questionar estruturais anteriores à pandemia.

Esses enunciados, embora adquiriram grande circulação durante a pandemia, devem ser apreendidos a partir do acontecimento discursivo que permitiu a sua emergência. Tal como propõe o método arqueogenealógico foucaultiano, é preciso, escavar sua inscrição histórica, social e política (Silva, 2016). Assim, se por um lado, nesse enunciado, professores e alunos são convocados a se inserirem em supostas novas práticas de ensino e de aprendizagem, por outro, esse mesmo enunciado expõe as fraturas das medidas emergenciais educacionais. Dois anos de pandemia, dois anos com alunos fora da escola, dois anos sem interações de ensino e de aprendizagem são condições suficientes para que os alunos voltem ao estágio inicial de aprendizagem escolar (alfabetização)? Esse discurso funciona, na sua contradição, como uma

espécie de denúncia em relação à concepção de ensino e ao modelo de educação que prevalece no sistema educacional brasileiro, de maneira que a pandemia apenas expõe e, em certo sentido, agrava essas condições.

Mas, como o professor é também parte do governo materializado pelas medidas emergenciais, ele se subjetiva nesse processo como também responsável pelo fracasso anunciado pela biopolítica e, por isso mesmo, se manifesta discursivamente como também responsável por cumprir as determinações do poder: [...] *e assim a gente tá fazendo esse processo. É tipo tentando trazer aqueles dois anos que passaram, desse ano de 2021, agora 2022 e dando continuidade agora em 2023. E o que era para ter visto em 20 e 21 eles vão ver agora em 22 e 23, e a gente está fazendo o processo.*

As resistências emergem nas brechas: a emergência da crítica no interior das regras do poder em tempo de pandemia

Se até aqui analisamos discursos que de alguma forma remetem ao controle de condutas por parte do biopoder não podemos esquecer que, conforme postula Foucault (1999a), “onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, 1999a, p. 91). Ou seja, onde as relações de poder se constroem, relações de resistência se formam como a contraparte deste, pois para o autor a relação de poder é sempre um jogo de forças, o poder não se exercita sozinho sem resistências, sem lutas ainda que sejam lutas silenciosas, quase invisíveis.

É sob essa consideração que gostaríamos de tecer reflexões analíticas acerca de alguns indícios de resistências presentes em alguns enunciados recortados dos relatos dos professores entrevistados. É neste espaço de resistência que os sujeitos da educação assumem posição, materializando no discurso sentidos de crítica que os colocam em relação de contracondutas face às determinações do poder. Os enunciados 03, 04 e 05 trazem as marcas desse efeito de sentidos.

Enunciado 03: *É que a lei aprovou muito... tipo, o aluno não tinha culpa, não sei o que, foi promovido pra série seguinte, você tem passado pelo processo que é o direito dele. É... estava na lei... não poderia ser penalizado por causa da pandemia. **Minha autoavaliação sobre isso, que eu achei de forma, esse aproveitamento dos alunos sem ter passado pelo processo de aula, um pouco, é, desnecessário.** Porque de certa forma, todo mundo perdeu, né? Todo mundo deixou de ter algum ganho. **Então o que poderia ter acontecido era que, tipo assim, era ele ter ficado, não ter progredido, e esse ano de pandemia não ter existido no calendário escolar.***

E funcionar como se fosse normal ou ensino híbrido que nem eles disseram que estava funcionando. (Maçaranduba)

Nesse recorte circula um discurso que elabora a crítica acerca do fato de os alunos, mesmo sem terem alcançado a aprendizagem de certos conteúdos de ensino, foram aprovados de um ano para outro. Por um lado, no discurso do professor/a sobressaem as técnicas de segurança da biopolítica educacional dirigidas à população estudantil das escolas: *É que a lei aprovou muito... tipo, o aluno não tinha culpa, não sei o que, foi promovido pra série seguinte, você tem passado pelo processo que é o direito dele. É, estava na lei, não poderia ser penalizado por causa da pandemia.* Na economia do texto, observa-se um discurso marcado da força legal acionada pela governamentalidade como estratégia de construção de um discurso que atua no cuidado da população estudantil. Por outro lado, emerge o discurso docente que ensaia rotas de fugas, afastando-se da posição discursiva ocupada pela instituição escolar: *Minha autoavaliação sobre isso, que eu achei de forma, esse aprovação dos alunos sem ter passado pelo processo de aula, um pouco, é, desnecessário.*

Observa-se que o professor se desidentifica com a posição do Estado ao opor-se às estratégias adotadas de aprovação dos alunos sem passar por aulas durante a pandemia, sob a seguinte defesa: *Porque de certa forma, todo mundo perdeu, né? Todo mundo deixou de ter algum ganho.* Além disso, apresenta uma proposta de formulação de uma política pública em tempo de pandemia: *Então o que poderia ter acontecido era que tipo, assim, era ele ter ficado, não ter progredido, e esse ano de pandemia não ter existido no calendário escolar.* Diante de perdas de tantas vidas, da falta de planejamento educacional face a problemas de várias ordens enfrentados pela população, essa foi uma proposta que circulou em muitos debates sobre o funcionamento das escolas, das universidades, durante a pandemia.

Temos, assim, um discurso repartido, na medida em que ele demarca os limites de duas posições discursivas que se opõem, cuja relação de oposição abre para a manifestação da resistência, face às determinações do Estado. Segundo Foucault (1999a), a atitude crítica é uma forma de resistência ao poder, pois permite que os indivíduos questionem e reflitam sobre as formas como são governados.

Em face ou como contrapartida, ou antes como parceiro e adversário ao mesmo tempo das artes de governar, como maneira de suspeitar dele, de o recusar, de o limitar, de lhe encontrar uma justa medida, de os transformar, de procurar escapar a essas artes de governar ou, em todo caso, deslocá-lo, a título de reticência essencial, mas também e por aí mesmo como linha de desenvolvimento das artes de governar, teria tido qualquer coisa nascida na Europa nesse momento, uma sorte de forma cultural geral, ao mesmo tempo atitude moral e política, maneira de pensar etc. e que

eu chamaria simplesmente arte de não ser governado ou ainda arte de não ser governado assim e a esse preço (Foucault, 1990, p. 3-4).

Assim como o autor destaca, a crítica é o espaço de resistência encontrado pelos sujeitos no regime de governo, ou seja, a crítica é o ponto inicial para a arte de não ser governado. Neste sentido, os processos de resistência se manifestam sempre em relação às técnicas de governo, de modo que onde o poder está presente a resistência também está lá, como condição de manifestação do poder. Os enunciados 04 e 05, a seguir, integram a mesma regularidade temática em que emergem sentidos de práticas de resistências, tal como o enunciado 03. Como podemos apreender, todos esses enunciados entram em uma rede de sentidos que estabelece o professor da escola básica como enunciador numa relação interdiscursiva com o Estado. O objeto de discurso, por sua vez, é o nível do ensino e da aprendizagem dos alunos promovidos de um ano escolar para outro durante a pandemia, sem passar por avaliações da aprendizagem escolar.

Enunciado 04: Mas o que eu vejo é que o ensino, enquanto não tiver um choque de realidade no ensino geral, ou seja, deixar de ver a **quantidade** para ver **qualidade**, o ensino não vai **evoluir**. O ensino, ou seja, a educação vai ter que levar um choque de uns três, quatro, cinco anos, não sei, pra **pregar a qualidade**, porque hoje o que eu vejo é que a preocupação da Secretaria é com **quantidade**. Quando eu vi que tem total número de alunos que não conseguiram a aprovação parece que eles empilham, não sei por que eu não entendo por que, por que preza só quantidade, ou seja, quer 1000 alunos aprovados, mas não quer 1000 qualidades? Isso é um pensamento dele... Só que de certa forma, **o aluno vai conseguir um objetivo que é planejado, aí já vai automaticamente para uma série seguinte, mas com aquela mesma dificuldade de não poder evoluir**, por quê? Ele está sendo realfabetizado aí é onde chega ao ponto X da questão que eu falo, que é a promoção ao meu ponto de vista, esse é o ponto de vista meu. Quem sou eu, né? Mas meu ponto de vista aqui. Como parou esses dois anos, a gente tá fazendo isso agora com o que só com aluno no ano a frente, ou seja, em vez de ele estar no sexto ano, onde ele está no oitavo ano, mas está vendo conteúdo do sexto. Está entendendo? Então o que adiantou, passar ele, pra série o seguinte, se não pode avançar com o conteúdo, não tem como, para adiantar conteúdo com esses alunos, entendeu? (Maçaranduba)

Enunciado 05: Esse ano a gente já começou, já tem aluno que **não consegue ler** e está no sétimo ano, tem aluno que **não consegue escrever** nome nenhum está no sétimo ano. E tu já pensou o que tu vai fazer pra esse aluno, é, ter o desenvolvimento dele durante um ano em 200 dias letivos, sabendo que nesses 200 dias tem isso, tem aquilo, tem aquilo, tem aquilo e o carro quebra, e o carro atola, e sei não, mas é bem tenso para a gente que é professor e a gente se preocupa, claro que a gente se preocupa, né? **...Por mais que a gente tenha a nossa capacidade de, sei lá, eu sei que é muito complicado, eu fico muito preocupada com isso, porque se passar uma prova igual a prova do CAEDE⁶ que é uma prova que nem é da nossa região e veio para cá, ninguém sabia nem responder o nível mínimo dessa prova, se desse do quinto ano, pro terceiro ano do ensino médio, acho que não tinha capacidade de responder**. Então o caos está muito grande na educação, eu creio que possa ser que isso um dia se recupere mais, vai levar um processo lento. (Andiroba)

⁶ Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEDE).

Vejamos que há uma reiteração de objeto de discursos nos dois enunciados, em que qualidade e quantidade representam duas posições discursivas em embate, sendo a qualidade a posição defendida pelo enunciador e a posição da quantidade atribuída ao sistema educacional do município. Trata-se de um discurso que atualiza a memória do discurso da “qualidade total”, sem que sejam revelados os jogos de verdade que possam garantir tal condição. São discursos que mobilizam saberes de outros domínios, de outros momentos, de modo que para compreender seu funcionamento é preciso “escavar verticalmente as camadas descontínuas de discursos já pronunciados, muitas vezes de discursos do passado a fim de trazer à luz fragmentos de ideias, conceitos, discursos talvez já esquecidos” (Veiga-Neto, 2011, p. 45).

Embora se ancore no discurso da qualidade tão presente nas políticas educacionais liberais de modo mais amplo, a discursividade do enunciado 04 se ancora no tempo histórico da pandemia, justamente porque o foco é, novamente, o fato de as medidas emergenciais educacionais estabelecerem a aprovação automática em tempo de pandemia de COVID-19: *o aluno vai conseguir um objetivo que é planejado, aí já vai automaticamente para uma série seguinte, mas com aquela mesma dificuldade de não poder evoluir.*

O enunciado 5, por seu turno, se volta para o não domínio da leitura e da escrita por alunos de 7º ano, destacando, também, questões relacionadas à aprendizagem durante o período pandêmico, acrescentando a essa problemática outras dinâmicas que fazem parte da realidade do campo, como transporte escolar, péssimas condições das estradas etc. Sabemos que o discurso do fracasso escolar, assim como do não domínio da leitura e da escrita na escola não são questões novas ou restritas ao período pandêmico, por isso, nessa regularidade discursiva, o professor/a é sempre a figura convocada pelas grades do poder como o principal responsável pelo nomeado fracasso ou crise escolar. Talvez, por isso mesmo, se textualiza no discurso da professora o seguinte enunciado: [...] *por mais que a gente tenha a nossa capacidade de, sei lá, eu sei que é muito complicado, eu fico muito preocupada com isso, porque se passar uma prova igual à prova do CAEDE, que é uma prova que nem é da nossa região e veio para cá, ninguém sabia nem responder o nível mínimo dessa prova, se desse do quinto ano, pro terceiro ano do ensino médio, acho que não tinha capacidade de responder.*

As condições de produção desse discurso resvalam para além da pandemia, uma vez que o não domínio da leitura e da escrita não é objeto de preocupação apenas porque a criança será impedida de fazer leituras do mundo que a coloquem em posições críticas face ao mundo, nem mesmo é uma preocupação com a permanente crença de que lendo vai ter melhor colocação de emprego no mercado de trabalho. Na biopolítica neoliberal, a grande preocupação é com as

avaliações de larga escala, técnicas de governo criadas pela própria biopolítica, como parte de sua racionalidade.

Nesse discurso, a professora se subjetiva incorporando as técnicas de objetivação do Estado: *mas é bem tenso para a gente que é professor e a gente se preocupa, claro que a gente se preocupa, né? ...Por mais que a gente tenha a nossa capacidade de, sei lá, eu sei que é muito complicado, eu fico muito preocupada com isso, porque se passar uma prova igual a prova do CAEDE que é uma prova que nem é da nossa região e veio para cá, ninguém sabia nem responder o nível mínimo dessa prova, se desse do quinto ano, pro terceiro ano do ensino médio, acho que não tinha capacidade de responder.* A preocupação da professora recai sobre a prova do CAEDE, mas também recai sobre ela própria que se vê como o alvo a quem se dirigem as cobranças pelos melhores resultados que a instituição escolar almeja. Daí porque a enunciação: *mas é bem tenso para a gente que é professor e a gente se preocupa, claro que a gente se preocupa, né? ...* justamente porque nesse jogo entra como peça principal a tão conclamada competência profissional que não se explicita em nenhuma diretriz, em nenhuma avaliação, mas de forma difusa está sempre anunciada, colocando sempre em questão o saber do professor. Esse efeito de sentido emerge na seguinte enunciação: *Por mais que a gente tenha a nossa capacidade de, sei lá, eu sei que é muito complicado,*

Mas, o mais forte efeito de governo das condutas, nesse discurso, está na identificação da professora com o discurso da governamentalidade, segundo o qual os problemas atuais da educação são advindos exclusivamente dos problemas causados pela pandemia de COVID 19: *Então o caos está muito grande na educação, eu creio que possa ser que isso um dia se recupere mais, vai levar um processo lento.* Escamoteia-se nesse discurso que a educação que temos hoje é a educação construída por sujeitos desse momento histórico, a partir de posições políticas, ideológicas, discursivas. Embora a pandemia tenha produzido efeitos nas dinâmicas educacionais, há realidades que perduram há muito tempo na educação brasileira, a pandemia apenas deixou mais evidente as desigualdades sociais já existentes no Brasil.

Considerações finais

O período da pandemia de COVID-19 exigiu do Estado e da sociedade em geral medidas rápidas em relação à segurança da saúde das populações. Essas medidas foram muitas e passaram a conduzir os passos das populações na complexa teia de relações sociais que se

construiu nesse momento. Inicialmente, o Estado atuou tentando garantir o funcionamento mínimo das atividades laborais com base no discurso do cuidado com a população, posteriormente ocorreu a retomada gradativa das atividades laborais com base no discurso econômico. Dentre os diversos setores da sociedade que tiveram que reformular suas estratégias de funcionamento e colocá-las em prática nesse momento, destaca-se a educação que é objeto desta pesquisa.

A educação, de modo geral, enfrentou vários desafios naquele momento histórico de pandemia, apesar de reconhecermos que grande parte dos problemas que já faziam parte da realidade da educação no Brasil apenas foi escancarada em contexto pandêmico. No entanto, salientamos que a educação que fora ofertada para as comunidades rurais no período da pandemia mobilizou estratégias distintas para viabilizar o funcionamento das atividades escolares e do ensino-aprendizagem dos alunos. No caso da educação no meio rural do município de Jacundá e de diversas escolas rurais pelo Brasil, a principal estratégia foi a utilização de apostila como ferramenta de ensino mediada pelo professor, de forma semipresencial.

Assim, a investigação realizada nesta pesquisa por meio da análise de discurso foucaultiana analisou como os discursos dos professores/as foram afetados por jogos de poder-saber da Governamentalidade, por meio de medidas educacionais emergenciais implementadas durante o período da pandemia, e como essas medidas funcionaram reorientando as condutas dos professores/as da educação na zona rural do município.

Nesse sentido, as análises apontam nos discursos dos professores/as redes de sentidos produzidas acerca das medidas emergenciais que passaram a orientar as condutas dos professores/as na pandemia de COVID-19. Sob a luz da teoria foucaultiana, identificamos a discursividade da invenção no limite da regulação dos corpos, as medidas emergenciais marcadas pelo movimento de experimentação, de estratégias elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação na tentativa de garantir atividades escolares muito mais para manter o funcionamento de condutas do que propriamente para seguir um plano de ensino alternativo discutido com a comunidade escolar.

Assim, constatamos nessa rede de sentidos que a estratégia do Estado tinha como objetivo manter um equilíbrio entre a vida das populações e a permanência destas nas atividades laborais. Evidencia-se assim a necessidade produtiva exigida pelo Estado e pelo neoliberalismo nesse momento, seja na busca de produtividade na elaboração das estratégias pelo Estado, seja pelo rendimento do trabalho do professor que, apesar do grande risco do momento, teve que se

manter como sujeito produtivo, seja com aulas on-line, seja com atividades impressas e até mesmo presencialmente nas escolas.

Foi possível apreender também na avaliação de alguns professores a crítica ao modo como os estudos foram orientados pela SEMED de Jacundá durante o período de pandemia. O foco dos professores recaiu sobre os rearranjos estratégicos da biopolítica educacional cujo resultado não afetou o avanço da aprendizagem das crianças. As discursividades dos professores/a sugerem que as técnicas aplicadas na condução do ensino refletiram apenas na ocupação do professor de forma dirigida e pontual, já que o momento não permitia grandes manobras da governamentalidade.

Contudo, as relações de poder que foram estabelecidas no momento biopolítico da pandemia, também produziu efeitos de resistências dos professores às estratégias de controle da governamentalidade. Como podemos observar nas análises dos enunciados dos professores, a resistência nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder, como nos adverte Michel Foucault. Ou seja, onde as relações de poder se constroem, relações de resistência se formam como a contraparte deste, pois a relação de poder é sempre um jogo de forças, o poder não se exercita sozinho sem resistências, sem lutas ainda que sejam lutas silenciosas, quase invisíveis.

Referências

DIAS, Rosimeri. Formação inventiva como possibilidade de deslocamento. In: **Formação inventiva de professores**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012, p. 25-41.

FOUCAULT, Michel. O que é a crítica? Crítica e *Aufklärung*. **Boletim da sociedade francesa de Filosofia**, v. 82, n. 2, p. 1-29, abr./jun. 1990. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/critica.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (org.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4111326/mod_resource/content/1/o-sujeito-e-o-poder.pdf. Acesso em: 20 de jan. de 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999a. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

FOUCAULT, Michel. A tecnologia política dos indivíduos. In: **Ditos e Escritos: Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 301-318.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Território, segurança e população**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GALLO, Silvio. Políticas da diferença e políticas públicas em educação no Brasil. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 63, p. 1497-1523, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n63a2017-10>

MEDEIROS, Evandro. **Rede Epistêmica de Educação do Campo na Amazônia**: sujeitos coletivos em movimento por uma política e pedagogia do inédito viável no Sudeste do Pará. 2021. 398 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

NAVARRO, Pedro; SARGENTINI, Vanice. Por uma arqueogenealogia dos estudos discursivos no Brasil - Cartografias: Entrevista com Maria do Rosário Gregolin. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, v. 53, n. 2, p. 20-40, maio-ago, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v53i2.1777>

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Política e Trabalho**, João Pessoa, n. 24, p. 27-57, abr. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/issue/view/676/228>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SILVA, Odália. **A profissionalização e a conduta ético-política do professor no Brasil**: as relações saber/poder nos processos discursivos de objetivação/subjetivação e as possibilidades de resistência. 2016. 187 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2016.

SILVA, Clorisneia.; SILVA, Cicero. Um olhar reflexivo do corpo docente sobre o retorno às aulas presenciais em Araguaina-TO. In: ZUIN, P.; PINTASSILGO, J.; SILVA, S.; FERREIRA JUNIOR, A. (orgs.). **Trajetórias da educação infantil**: um resgate histórico das percepções de professores no retorno ao ensino presencial após período pandêmico. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2023, p. 105-113.

VEIGA-NETO, Alfredo.; LOPES, Maura. Inclusão e Governamentalidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 947-963, out. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300015>

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Recebido em: 6 de agosto de 2025
Aceito em: 26 de fevereiro de 2026